



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

Vol. 8 – Nº 17 - Janeiro - Junho 2013
Semestral

ISSN: 1809-6220

Artigo:

AValiação e Deficiência Intelectual

Autora:

FERREIRA, Maria Lúiza Dian¹

TONIN DA COSTA, Gisele Maria²

¹ Licenciada em Pedagogia, Administração Escolar, Capacitada em Recursos Humanos para atuar com Deficiência Intelectual, Pós-Graduada em Educação Infantil, Professora das Séries Iniciais do Ensino Fundamental na Escola Estadual de Ensino Médio Padre Pacífico. Endereço: Rua Ipê, 388, Bairro Planalto, Vacaria – RS – CEP: 95.200-000. ferreira@m2net.com.br

² Orientadora do Trabalho. Pedagoga, Especialista em Planejamento e Gestão da Educação, Mestre em Educação. Coordenadora e professora do Curso de Pedagogia da Faculdade IDEAU; Orientadora Pedagógica; professora de cursos de pós-graduação. Endereço: Jacob Gremmelmaier, 636, apto: 401, centro – Getúlio Vargas/RS Cep: 99900-000 gisele@centereletronica.com.br

AVALIAÇÃO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todo (MEC/SEESP, 2001).

Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre avaliação nas escolas comuns onde os alunos com deficiências intelectuais são matriculados, por lei, e frequentam as mesmas regularmente. Também esclarece o que é um deficiente intelectual, suas capacidades e dificuldades, dando a todos os alunos da classe uma prática metodológica onde constroem o seu conhecimento e respeitam suas diferenças. Precisa-se de uma escola democrática, autêntica, onde a equipe diretiva, supervisores, corpo docente valorize seus alunos, bem como, seus conhecimentos; que auxilie e preconize cursos de atualização para que os educadores apropriem-se de metodologias inovadoras e tecnologias assistivas. Avaliar é valorizar o conhecimento que o aluno com deficiência mental constrói, em sua interação com o mundo. Em sua prática pedagógica, o professor precisa acompanhar e interpretar as suas necessidades, compreendendo seus limites e ampliando suas possibilidades no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Inclusão, Deficiência Intelectual e Estratégias Metodológicas.

Abstract: This article presents reflections about evaluation at common schools where mentally handicapped students are enrolled by law and where they go regularly to have classes. It also enlightens what is a mentally handicapped student, their skills and difficulties. It brings the methodology adopted in the classroom where the students build their knowledge and respect their differences. We need a democratic and authentic school, where the direction team, supervisors, teachers take value on their students, as well, their knowledge. We need a school which help and preconize updated courses for the teachers, so they could make suitable new methodologies and helpful technologies. To evaluate is to take value in what the mentally handicapped students produce, what they build in their interaction with the world. In their pedagogical practice, teachers need to accompany and interpret the students' necessities, understanding their limits and increasing their possibilities at the learning-knowledge process.

Key words: Inclusion, intellectual handicapped and Methodological Strategies

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 e o Parecer 56 do Conselho Estadual de Educação, exige-se que haja mudanças significativas da avaliação escolar dos alunos com deficiências.

Dentro dessa perspectiva, a avaliação precisa urgentemente de um novo repensar, novas alternativas sempre aproveitando as habilidades e competências dos nossos alunos incluídos para que os mesmos sejam inseridos na sociedade, isto é, como cidadãos produtivos no mercado de trabalho.

Para que a avaliação seja eficiente, o professor deve adotar uma pedagogia que privilegie estes alunos que apresentam deficiências intelectuais e relacionar as situações de aprendizagem que tenham sido vividas pelos mesmos.

O processo de desenvolvimento e de aprendizagem é fruto da interação do sujeito (com seu equipamento biológico de base e sua história pessoal) com os adultos e os colegas nos diversos contextos da vida (família, escola, sociedade, etc.).

O ponto mais importante desse tema reside no enfoque funcional do atraso mental e a avaliação das capacidades não pode ser feita sem relacioná-las com as exigências do ambiente (na escola, articulados em torno do currículo) e com os apoios que o mesmo lhe proporciona. É necessário promover a interação do aluno com o professor e os conteúdos de aprendizagem, bem como, a socialização com os colegas e com toda a escola que ele frequenta.

Portanto, escola inclusiva é aquela que está realmente disposta a assumir o desafio de trabalhar com as diferenças, sem discriminação, sem diferenciação de acesso. Esta sabe olhar para cada aluno na plenitude de sua condição humana, independente das particularidades individuais, percebe e naturaliza suas deficiências.

É preciso muito investimento em relação ao professor e a escola, pois esta não pode limitar-se a aceitar a matrícula de alunos com necessidades educativas especiais, mas acima de tudo, dispor-se a trabalhar com eles, além da pedagogia, com a alma e o coração.

Avaliar na educação inclusiva implica agir com uma dose maior de psicologia aliada a pedagogia. Partindo deste pressuposto, a avaliação precisa ser um processo compartilhado, a ser desenvolvido na escola, mas envolvendo todos os agentes educacionais.

Cabe refletir e interpretar que:

É preciso que o (a) educador (a) saiba que o seu “aqui” e o seu “agora” são quase sempre o “lá” do educando. Mesmo que o sonho do (a) educador (a) seja não somente tornar o seu “aqui - agora”, o seu saber, acessível ao educando, mas ir mais além do seu “aqui - agora”, com ele ou compreender, feliz que o educando ultrapasse o seu “aqui” para que este sonho se realiza tem de partir do “aqui” do educando e não do seu. No mínimo, tem de levar em consideração a existência do “aqui” do educando e respeitá-lo (FREIRE, 1992, p.59).

Para tanto, a escola se democratizou, abrindo-se a novos grupos sociais. Diante dessas novidades podemos imaginar o impacto na maioria das escolas, especialmente quando entende-se que incluir é ensinar a todas as crianças, indistintamente e num mesmo espaço educacional, as salas de ensino regular, onde deve haver acessibilidade arquitetônica, professores capacitados, equipe diretiva imbuídos em mudanças radicais no seu plano político pedagógico e com todo o seu corpo docente e discente, dispostos a formar cidadãos presentes e atuantes, tornando-os autônomos e responsáveis.

É objetivo da inclusão, a integração da criança portadora de deficiência intelectual no meio em que vive, garantindo-lhe os mesmos direitos de cidadania. Para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem na educação inclusiva é fundamental o apoio dos professores da classe comum e dos pais, bem como, a escola integrada à sociedade.

A inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino, atingindo todos os alunos que fracassem em suas salas de aula. A distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecer o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher, sem distinção, todos os alunos nos diferentes níveis de ensino.

Chega-se a um impasse, como nos afirma Morin, pois para reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não pode-se reformar as mesmas sem uma prévia reforma das instituições. Para atender as expectativas e exigências da inclusão, precisa-se refazer a educação escolar segundo novos paradigmas, preceitos, ferramentas e tecnologias educacionais.

Nossa constituição é, pois, um marco na defesa da inclusão escolar e elucida muitas questões e controvérsias referentes a essa inovação, respaldando os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com e sem deficiência.

No art. 206, inciso I e art. 208, já seriam suficientes para que ninguém pudesse negar a qualquer aluno o acesso a mesma sala de aula e/ou escola.

2 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

2.1 O QUE É DEFICIÊNCIA INTELECTUAL?

É a limitação em pelo menos duas das seguintes habilidades: comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade e determinações (NOVA ESCOLA, 2009).

Mas, por onde começar quando a deficiência é intelectual?

Melhor do que laudos médicos, os educadores das salas de recursos e das classes regulares precisam entender os diagnósticos. Eles são pistas para descobrir o que interessa: quais são os obstáculos que o aluno enfrenta para aprender? E quais os desafios para ensinar?

Os alunos com deficiências intelectuais apresentam várias dificuldades:

- a. Falta de concentração;
- b. Entraves na comunicação;

- c. Não entende a lógica de funcionamento das línguas por não compreender a representação escrita;
- d. Necessita de um sistema de aprendizado diferenciado;

“Não adianta insistir em falar várias vezes, ele não necessita de reforço, mas sim desenvolver a habilidade de prestar atenção com estratégias diferenciadas para, depois, entender o conteúdo” (MONTAN).

Consequentemente o primeiro passo do professor é manter a atenção do aluno com jogos didáticos como quebra-cabeças, memória entre outros.

A meta é, sempre que possível, que ele participe do grupo mesmo com um trabalho diferente e que perceba que consegue executá-lo, como desafio.

As causas da deficiência intelectual são inúmeras e complexas, envolvendo fatores pré, peri e pós natal. O diagnóstico é difícil, engloba fatores genéticos e ambientais (quadro genético, infecções e drogas na gravidez, parto difícil, prematuridades, meningites, traumatismos cranianos, etc.).

Quando a família detectar algumas características que diferem a criança das outras com a mesma faixa etária, como por exemplo, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e dificuldade no aprendizado escolar entre outros é necessário procurar orientação médica. Este profissional através da anamnese acurada, exame físico, podendo recorrer a exames laboratoriais e outros específicos, chega a um diagnóstico.

A avaliação da deficiência intelectual deve ser feita, também, por uma equipe multifuncional, composta por psicólogo (que através da anamnese observa a aplicação de testes, provas e escalas avaliativas específicas), assistente social, neurologista e fonoaudiólogo. Esta por sua vez, terá condições de avaliar o indivíduo em sua totalidade, bem como, conhecer a família, a sua aceitação ou não, analisando os aspectos socioculturais.

Uma pessoa com este tipo de deficiência tem, como qualquer outra, dificuldades e potencialidades. Seu tratamento consiste em reforçar e favorecer o desenvolvimento das habilidades e proporcionar o apoio necessário aos obstáculos.

a. ESTUDO DO CASO

A aluna Maria³ é uma criança de doze anos de idade. Os pais fizeram sua matrícula em 2011 na Escola Pública E. E. E. Médio Padre Pacífico, no 3º ano do Ensino Fundamental.

³ Nome é fictício, mas a história é real.

Ela é portadora de Distrofia Miotônica Tipo I ou Doença de Steinert. Esta doença congênita é uma forma rara que ocorre quase exclusivamente em filhos de mãe com a mesma forma adulta da doença.

A distrofia miotônica resulta de uma falha no gene do cromossomo 11, um gene antossônico. Esta causa ao portador, fraqueza muscular e afeta o sistema nervoso central, coração, região gastrointestinal, olhos (cataratas) e glândulas endócrinas.

Existem três tipos de Distrofia de Steinert:

- 1) A forma leve (por volta dos 50 anos);
- 2) A forma Clássica (atinge adolescentes);
- 3) A forma congênita (é a mais grave, caracterizada por hipotonia muscular já ao nascimento, pés tortos, retardo de desenvolvimento neuropsicomotor, problemas respiratórios e alimentares);

A distrofia miotônica que Maria possui é a forma congênita e segundo os laudos médicos, ela possui um retardo mental moderado denominado por eles CID F71.

O retardo mental é a capacidade intelectual inferior a normal que está presente desde o nascimento ou que se manifesta nos primeiros anos de infância.

As crianças portadoras desta anormalidade apresentam dificuldades no aprendizado, na adaptação social, lentidão para aprender a falar e atingir outras metas do desenvolvimento.

Quando recebem tratamento e apoio adequado, ao tornarem-se adultos, os indivíduos com retardo leve a moderado, conseguem viver com um grau variável de independência no seio da comunidade e alguns requerem somente uma pequena ajuda, enquanto outros necessitam de uma supervisão muito mais importante.

Existem quatro níveis de gravidade do retardo mental:

- Leve – Nível de QI 50-55 a aproximadamente 70;
- Moderado – Nível de QI 35-40 a 50-55;
- Severo – Nível de QI 20-25 a 35-40;
- Profundo – Nível de QI abaixo de 20 ou 25;

2.2 CID F71 – RETARDO MENTAL MODERADO

O Retardo Mental Moderado equivale, basicamente, ao que se costuma chamar de categoria dos “treináveis”, em termos pedagógicos. Esta expressão, por ser ultrapassada, não

serve e não pode ser usada, pois implica erroneamente que as pessoas com esta deficiência não podem utilizar-se dos programas educacionais, quando na verdade, este grupo constitui cerca de 10% de toda a população e a maioria dos indivíduos com este nível de retardo mental, adquirem habilidades de comunicação durante os primeiros anos de vida, beneficiam-se de treinamento profissional e com moderada orientação desenvolvem habilidades sociais e educacionais.

Durante a adolescência, apresentam dificuldades no relacionamento com seus pares. Na idade adulta, são capazes de executar trabalhos não qualificados ou semi-qualificados sob supervisão em oficinas protegidas ou no mercado de trabalho geral e adaptam-se bem a vida na comunidade, geralmente em contextos supervisionados.

2.3 COMPORTAMENTOS OBSERVÁVEIS NA ESCOLA

Maria é uma criança calma, tranqüila. Tem relacionamento afetuoso com a professora, seus colegas, corpo docente e funcionários da escola.

Quanto à aprendizagem, apresenta muitas dificuldades, mas segundo a equipe multidisciplinar que a atende e a professora do ensino regular, ela nunca reprovou, pois a escola possui Projeto Político Pedagógico e Regimento de acordo com a Lei da Inclusão dos alunos na escola regular, onde sempre há uma conexão do processo de aprendizagem dela e do conhecimento adquirido no decorrer do ano.

A escola que ela estuda não possui acessibilidade arquitetônica, mas já existem processos para serem autorizados pelo SEDUC para adaptação das mesmas.

Maria usa aparelho nas pernas, por possuir um dos pés eqüino, e necessita de ajuda da professora para subir, descer escadas e na hora do recreio.

Realiza as atividades com o auxílio da professora e às vezes de seus colegas, mas devido à doença congênita, cansa muito e se dispersa com facilidade.

Ela e a irmã foram adotadas, há três anos, pois a mãe biológica era portadora da Distrofia Miotônica Adulta e faleceu. A família que adotou possui nível socioeconômico médio alto e está oportunizando um tratamento médico especializado, porém mantém sigilo sobre o resultado dos exames o que acaba dificultando o trabalho da professora.

TABELA 1: Síntese do desenvolvimento de Maria ao ingressar no 3º ano do Ensino Fundamental em 2011

MOTOR	A criança apresentou atraso neuropsicomotor e de motricidade fina; Dificuldades no grafismo (só escreve algumas palavras com letra caixa alta); Possui dificuldade para caminhar;
LINGUÍSTICO	A sua linguagem oral se manifestou com grande atraso e poucos avanços; Às vezes consegue fazer-se entender, inferindo com comentário a respeito do que acontece na família e/ou na escola;
PERCEPTIVO	Não houve manifestações de dificuldades na percepção, na audição, responde a estímulos visuais (usa óculos) e sonoros, assim como os estímulos olfativos, táteis e degustativos.
ADAPTAÇÃO SÓCIO-EMOCIONAL	Adaptou-se com facilidade na escola, com os professores, colegas, equipe diretiva e com os alunos das outras séries.

A partir de suas características foi realizada uma adequação curricular individual nas seguintes áreas:

Área de Linguagem:

- Linguagem oral;
- Se é capaz de falar e escutar histórias;
- Quais são as palavras que consegue escrever e ler;
- Qual a intencionalidade de suas representações gráficas;

Área de Matemática:

- Avaliar a construção gradativa da aluna sobre a nomeação de números até 20;
- Resolução de situações problema com a calculadora;

- Em quais momentos demonstra utilizar o Sistema de Numeração;
- Qual a noção de grandeza, de posição e de direção;

No final do Ano de 2011, reuniram-se a professora da turma regular e a equipe multidisciplinar e decidiram pela aprovação da aluna para o 4º Ano.

Maria foi avaliada conforme os critérios estabelecidos, diferentes dos demais alunos, pois apesar de estar qualitativamente inferior aos outros colegas, apresentou ótima interação com os mesmos, embora não tenha atingido todos os objetivos traçados para ela.

2.4 PLANO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR INDIVIDUAL NAS SEGUINTE ÁREAS:

Linguagem e Matemática, no Ano de 2012, para o 4º Ano:

- Identificar o alfabeto;
- Reconhecer e escrever letras;
- Ler palavras simples;
- Completar com letras e sílabas;
- Interpretar textos com auxílio do professor;
- Desenvolver noções de tempo;
- Ouvir com atenção;
- Escutar e recontar oralmente pequenas histórias;
- Escrever o próprio nome completo;
- Dramatizar, brincar e fazer imitações;
- Comunicar-se através de desenhos e palavras;
- Relatar experiências de seu cotidiano;
- Participar de jogos cooperativos;
- Ler números usados na vida real, como por exemplo, o número da casa, do telefone etc.;
- Nomear no calendário os dias da semana, mês e ano;
- Resolver situações problema com as quatro operações com a ajuda da professora;

O processo de ensino aprendizagem, deste ano, para a aluna visa às seguintes habilidades:

- Motricidade fina e global;

- Alfabetização e letramento;
- Conceitos lógicos;
- Lateralidade;
- Alfabetização matemática;

Mas, o mais importante é o direito a escolarização que todas essas crianças possuem além de não ter sua trajetória escolar interrompida com base em parâmetros comparativos de aprendizagem.

Segundo a professora Maria Tereza Montoan, a educação inclusiva preconiza um ensino em que aprender não é um ato linear, contínuo, mas fruto de uma rede de relações que vai sendo tecida pelos aprendizes, em ambientes escolares que não discriminam que não rotulam e que oferecem chances de sucesso para todos, dentro dos interesses, habilidades e possibilidades de cada um ([HTTP://inclusãoaee.wordpress.com/2010/08/28/como-avaliar-a-criança-com-deficiencia-intelectual](http://inclusãoaee.wordpress.com/2010/08/28/como-avaliar-a-criança-com-deficiencia-intelectual)).

A educação escolar é hoje encarada numa perspectiva individualizada para servir às necessidades próprias de cada aluno, incluindo crianças deficientes intelectuais. Sendo assim, não existem “receitas específicas” para trabalhar com estes ou outros estudantes, mas sabe-se que a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual é processada em ritmo lento.

O aluno com deficiência intelectual, como qualquer outro, precisa desenvolver sua criatividade, a capacidade de conhecer o mundo e a si mesmo, não apenas superficialmente ou por meio do que os outros pensam. Deve-se considerar que cada pessoa é única, tem antecedentes diferentes de formação, experiência de vida e que sempre é capaz de aprender e de exprimir um conhecimento.

Destaca-se a importância de focar a atenção apenas nos objetivos que realmente se quer ensinar, bem como, criar situações de aprendizagens positivas e significativas, preferencialmente nos ambientes naturais do aluno e da forma mais concreta possível, para que ele se sinta motivado e predisposto a aprender.

3 O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR NA INCLUSÃO

A imagem que se tem é de uma instituição despreparada e de um professor que não se capacita para trabalhar com os alunos, que tem o direito por Lei em estudar em escolas comuns.

Define-se “Escola Inclusiva”, aquela que em seu Projeto Político Pedagógico, assume tarefas adicionais.

Uma primeira decorrência é ser capaz de manter integralmente – em toda extensão e a todo tempo – uma atitude de pesquisa. (...) Uma segunda decorrência, é ser capaz de uma compreensão radical de que seu espaço escolar é o espaço que engloba toda a comunidade. (...) Como terceira decorrência, a escola inclusiva caracteriza-se pela qualidade educativa. (Parecer 441/2002/CEE, pg.117).

Cabe, portanto a nossa escola atual repensar e ter a tarefa de mudar.

Cada escola é única e precisa ser como seus alunos, reconhecida e valorizada nas suas diferenças.

As mudanças necessárias não acontecem por acaso e nem por Decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola, explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico e vividas a partir de uma nova gestão escolar democrática.

Para Gadotti e Romão (1997), o Projeto Político Pedagógico deve ser entendido como um horizonte de possibilidades para a escola. (A Escola Comum Inclusiva, 2010).

O professor ao contribuir para elaboração do mesmo tem a oportunidade de exercer um ensino democrático, necessário para garantir acesso e permanência dos alunos na escola e assegurar uma inclusão de qualidade, considerando as diferenças dos alunos em sala de aula.

Sendo assim, os educadores constroem a democracia do cotidiano na sua prática pedagógica, ao trabalhar os conteúdos com os alunos, usando capacitações necessárias a sua área para um melhor fazer pedagógico, apresentando uma proposta curricular contextualizada onde, reconhecem e valorizam os alunos nas suas peculiaridades de gênero e cultura. Para que a inclusão possa acontecer, é necessário que toda a comunidade escolar e a sociedade estejam preparadas.

O primeiro passo é sensibilizar e oportunizar o conhecimento a todos os professores, orientadores, pais, alunos, enfim toda a comunidade escolar, tendo em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem de todos os alunos, os cidadãos do futuro.

O diretor e sua equipe pedagógica têm também um papel fundamental em identificar e atender as necessidades de todos os membros do corpo docente, desenvolvendo habilidades que sustentam a inclusão bem sucedida. É necessário priorizar tanto a preparação inicial quanto a preparação continuada de todos os professores.

Quando preparados, receberão esta nova escola com habilidades pedagógicas exigidas para uma inclusão satisfatória, apresentando uma pedagogia de qualidade.

4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS UTILIZADAS PELO PROFESSOR COM ALUNOS INCLUÍDOS (DEFICIENTES INTELECTUAIS)

[...] a inclusão propulsa a qualidade de aprendizagem a todos os alunos e que é no enfrentamento desse processo que deve-se nos atentar às possíveis barreiras impostas, para a busca coletiva de soluções. (Linhas Críticas, Brasília, V.13, n.24, pg. 151-153, jan/jun.2007).

Partindo dessa citação, conclui-se a relevância de práticas escolares que permitam aos alunos reconhecer e valorizar os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo suas possibilidades, e que se distinguem pela diversidade de atividades. Estas são graduadas, para atender a diferentes níveis de compreensão e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos escolham livremente, de acordo com o interesse que se tem por elas.

Exemplificando essa prática:

O ensino dos planetas do sistema solar com uma turma de alunos com ou sem deficiência intelectual.

As atividades podem variar em:

- Propostas de elaboração de textos;
- Construção de maquetes;
- Realização de pesquisas em livros, jornais, revistas, internet etc.;
- Confecção de cartazes;
- Leitura e interpretação de textos, poesias;
- Confecção de desenhos e pintura, dentre outras;

O aluno incluído e os demais colegas escolhem a atividade que mais interessar, pois a capacidade de cada um não é pré-definida.

O papel do professor, numa escola que pauta nos princípios de uma educação inclusiva, é de facilitador no processo de busca do conhecimento (que parte do aluno) e é quem organiza situações de aprendizagem adequadas às diferentes condições e competências, oferecendo oportunidade de desenvolvimento pleno para todos os alunos.

Ressalta Mizukami (1986), que o objetivo da educação, portanto, não consistirá na transmissão de verdades, informações, demonstrações, modelos, etc. e sim em que o aluno aprenda por si próprio, a conquistar essas verdades, mesmo que tenha de realizar todos os tateios pressupostos por qualquer atividade real.

Autonomia intelectual está assegurada pelo desenvolvimento da personalidade e pela aquisição de instrumental lógico-racional. A educação deverá visar que cada aluno chegue a essa autonomia (MIZUKAMI, 1986, p. 71).

Nesse sentido, a escola e seus currículos precisam ser bem diferentes. Sua atuação deve ser mais ampla e complexa, tendo como base uma pedagogia problematizadora que provocará nos sujeitos o espírito crítico, a reflexão, comprometendo-se com uma ação transformadora.

Numa escola inclusiva, todo professor busca despertar e desenvolver competências e propor conteúdos compatíveis com as experiências vividas pelos alunos, para que atribuam significado aos mesmos, tendo participação ativa nesse processo.

No caso dos alunos deficientes intelectuais, o educador precisa identificar e conhecer suas habilidades e os recursos/estratégias de ensino que proporcionem a sua aprendizagem, de forma a superar os comprometimentos existentes.

Outra opção, que todas as escolas deveriam ter, para auxiliar alunos incluídos são as Salas de Recursos com Atendimento Educacional Especializado (AEE), com professores graduados em Deficiência Intelectual, onde é feito um diagnóstico a respeito da situação cognitiva, sensorial, comportamental, física, motora e escolar de cada indivíduo que for atendido. A partir disso o professor é auxiliado e orientado a elaborar um plano de ensino individualizado, considerando suas limitações, dificuldades e valorizando suas capacidades e potencialidades.

O Atendimento Educacional Especializado constitui um suporte fundamental para garantir a participação e a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual na classe comum. Com as informações obtidas pelo professor especialista do AEE (do aluno) é possível compreender como está a participação do mesmo na família e as condições fornecidas para que a aprendizagem aconteça.

Contudo, destaca-se a importância das práticas avaliativas no processo de inclusão do aluno com deficiência. Em sala de aula, o professor deve fazer com que surjam possibilidades para reorganizar situações de aprendizagem, as quais favoreçam o êxito do processo.

Na avaliação inclusiva, deve-se:

- Melhorar a dinâmica da sala de aula, consultando o portfólio dos alunos para elaborar as atividades;
- Evitar testes padronizados;
- Envolver a família no processo de avaliação;
- Não utilizar a avaliação como um processo de classificação;
- Incorporar o sentido ético e inclusivo na avaliação;

- Possibilitar que o erro possa ser visto como um processo de construção de conhecimento, que demonstra o modo como o aluno está organizando seu pensamento;

Esta maneira permite que o professor acompanhe o processo de aprendizagem de seus alunos e descubra que cada um tem seu método próprio para construir o conhecimento.

Mudar nossa prática é uma verdadeira resolução, que implica em inovações na forma do professor e o aluno avaliarem o processo de ensino e de aprendizagem.

Ao realizar a prática escolar inclusiva provoca-se necessariamente a cooperação de todos, o reconhecimento de que ensinar uma turma, é na verdade trabalhar com um grande grupo e com todas as possibilidades para que o ensino seja construído e não copiado.

Mas, para conseguir trabalhar dentro dessa proposta inclusiva, o professor precisa contar com o respaldo da direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores, especialistas em deficiência intelectual, salas de recursos e outros) que adotam um modo de gestão participativa e descentralizada.

Cabe também, enfatizar a importância das tecnologias assistivas (onde existem recursos) que podem ser utilizadas pelo aluno com deficiência intelectual para aprender com prazer e alegria.

Segundo Gutierrez (1978), as mídias visam provocar novas formas de aprendizagem. As técnicas causam mudanças que modificam as condições vitais do homem, entre elas a maneira de se comunicar e, conseqüentemente, educar.

Nesse sentido, o autor estabelece que a comunicação com os alunos deve ser horizontal, dialógica. “O professor já não é o sabe-tudo, mas sim um co-investigador, co-aprendiz e co-responsável pela ação educativa” (GUTIERREZ, 1978, p. 45).

Os ambientes computacionais oportunizam a produção cultural, uma escrita não-linear que entrelaça o texto, o som e a imagem, auxiliando a relacionar a sociedade e a aprendizagem para a vida.

Por fim, encontra-se e enfrenta-se caminhos tortuosos, mas é preciso acreditar que é possível a construção de uma sociedade inclusiva e na existência generalizada de escolas que acolham realmente o mundo de todos dentro do seu mundo. Esta proposta de educação exige professores especializados, determinados, que se capacitem para uma verdadeira sociedade inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inclusão Escolar e Social exige muitas mudanças.

Uma escola democrática onde todos estejam imbuídos para modificar o Projeto Político Pedagógico, Regimento, Metodologias inovadoras e capacitação continuada dos professores.

A garantia de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos na escola contribuem para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças.

O estudo de caso que registrei neste artigo, demonstra a necessidade de adaptações curriculares, com os seguintes critérios que definem:

- O que a aluna deve aprender;
- Como e quando aprender;
- Que formas de ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- Como e quando avaliá-la;

Como avaliar?

Pensar a avaliação dos alunos com deficiência intelectual de maneira dissociada das concepções que temos acerca de aprendizagem, do papel da escola na formação integral dos alunos e das funções da avaliação como instrumento que permite o replanejamento, não nos leva a nenhum resultado útil.

Para que este processo seja realmente aproveitável e inclusivo, é imprescindível a criação de uma nova concepção sobre aprendizagem e avaliação, que elimine:

- O vínculo a um resultado previamente determinado pelo professor;
- O estabelecimento de parâmetros com os quais as respostas dos alunos são sempre comparadas entre si, como se ato de aprender não fosse individual;
- O caráter de controle, adaptação e seleção que a avaliação desempenha em qualquer nível;
- A lógica da exclusão (homogeneidade);
- A eleição de um determinado ritmo de aprendizagem ao grupo;

No que diz respeito à avaliação, a única diferença que há entre os alunos ditos normais e os alunos com deficiências intelectuais, estão nos recursos de acessibilidade (arquitetônico e pedagógico) que devem ser colocados à disposição dos alunos para que os mesmos possam aprender e expressar adequadamente seus progressos.

A alma dos diferentes é feita de uma luz além. Sua estrela tem moradas deslumbrantes que eles guardam para os poucos capazes de senti-los e entender. Nessa morada estão tesouros de ternura humana das quais só os diferentes são capazes. Não mexa com o amor de um diferente. Ao menos que você seja suficientemente forte para suportá-lo depois” (Arthur da Távola) (<http://www.institutoinclusaobrasil.com.br>).

Cabe salientar que a verdadeira finalidade da avaliação escolar só será possível quando tivermos professores dispostos a aceitar novos desafios, capazes de identificar nos erros pistas que os instiguem a repensar seu planejamento e as atividades desenvolvidas em sala de aula e que considerem seus alunos como parceiros na aprendizagem.

A principal exigência da inclusão escolar é a qualidade de ensino para todos!

REFERÊNCIAS

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva** – Atendimento Educacional Especializado. Brasília, 2006, MEC/SEESP.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução CNE/CEB n. 2/2001, Art. 2º.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação – Diário Oficial da União, nº 248, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva. 1988.

CASARIN, Sonia, psicóloga artigo Um trio afinado; **Revista Nova Escola** Edição Especial Inclusão, julho, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Anatomia**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GUTIERREZ, Francisco. **Linguagem Total**: uma pedagogia dos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1978.

MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol. 3 artmed, FNDE.

MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPV, 1986.

MONTOAN, Maria Teresa. Como avaliar a criança com Deficiência Intelectual. Disponível em: < <http://inclusaoall.wordpress.com/2010/08/28>

_____. Parecer 441/2002/CEE, pg.117.

_____. Parecer 56/2006/CEED. Disponível em: < <http://www.ceed.gov.br>

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar as reformas, repensar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina de Souza Santos. Disponível em: < <http://www.dhi.uem.br/>

TÁVOLA, Arthur da. Citação. Disponível em: < <http://www.institutoinclusaobrasil.com.br>

VASCONCELLOS, Celso dos. **Avaliação – Concepção Dialética – Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. 3ª edição, 1993.

NOVA ESCOLA. www.novaescola.org.br junho/julho,2009.